

Business ethics

A tradução de *business ethics* é, em geral, ética comercial. No entanto, é preferível manter o termo original, pois ele não significa a adoção ou a prescrição de um código de ética para empresas ou um código de ética profissional, embora possa até dar origem a isso. É antes um campo de pesquisa, de ação prática, publicações e instruções dirigidas para administradores e governo. O artigo analisa a história da *business ethics* mostrando ser ela um ponto de encontro entre filosofia e administração.

por Paulo Ghiraldelli Jr. Filósofo

As pesquisas desenvolvidas em *business ethics* são ora *research*, ora *survey*, ora *inquiry*. Em geral, os norte-americanos, professores ou não em *Management Colleges* (o que podemos tratar como Escola de Administração, aqui entre nós), gostam muito de lidar com o tema como uma

subdivisão do que chamam de ética aplicada. Trata-se de uma parte da ética em que a discussão do comportamento humano leva em consideração uma investigação empírica, antes que julgamentos de valor. Assim, o campo hoje, às vezes, aparece como menos filosófico (menos teórico) e

mais como uma área em que mecanismos sofisticados de pesquisa empírica são utilizados. Psicologia social, sociologia, política, psicanálise, teoria dos jogos, antropologia, estudos da mente, investigação sobre marketing e assim por diante confluem para alimentar a área.

Em uma sociedade como a norte-americana, onde toda iniciativa acaba gerando um tipo de empresa, ela própria, a empresa, precisa ser estudada como estudamos um ser vivo – inteligente e com regras para o bem viver. Daí, então, ter sido criada uma ética para tal *animal*. E que não esqueçamos: ética é o estudo da moral, não propriamente a regra moral.

Quando olhamos as regras de Taylor, hoje, percebemos o quanto elas não são simplesmente regras de construção de uma ciência prática de engenheiros, e sim princípios de um filósofo – um estudioso da razão.

História. A história da *business ethics* é pequena. Não é algo que tenha mais que quarenta anos. Não é correspondente à história das relações entre filosofia e administração. Mas do modo como vou contar o que tenho para contar, vou entrelaçar ambas. Trata-se daquele tipo de relato que nós, filósofos pragmatistas, gostamos de fazer: ficção útil que acaba sendo o que até podemos chamar de realidade.

O primeiro administrador que quis ser filósofo foi o estadunidense Frederick Winslow Taylor (1865-1915). Ele era filho de *Quakers* estudados e ricos da Filadélfia. Graduou-se em engenharia em Nova Jersey e o conhecemos atualmente como o “pai da ciência da administração”. Como um teórico no século XIX e início do XX, no contexto norte-americano, ele tinha de ser, ainda que em parte, um filósofo. Os quatro princípios que Taylor fixou para erguer sua teoria da administração possuem mais que cheiro de filosofia. No meu entender, é filosofia pura.

O primeiro princípio dizia que a “administração (*management*) é uma verdadeira ciência”, que resolveria os problemas de determinação lógica dos padrões do trabalho que teriam de ser descobertos por observação e experimentação. O segundo princípio falava que “a seleção dos trabalhadores é uma ciência”, e seu objetivo era apontar para o trabalhador de primeira classe, o mais adequado ao seu serviço. O terceiro princípio ensinava que “os trabalhadores devem ser desenvolvidos e treinados” e que a tarefa do administrador não se resumia a só administrar, mas ele deveria se responsabilizar pelo treinamento do trabalhador no sentido de fazê-lo conseguir

as melhores *performances*. Por fim, o quarto princípio apontava para a regra básica do que ficou conhecido como “taylorismo”: “a administração científica é a colaboração de trabalhadores e administradores”, de modo que os administradores não seriam os responsáveis pela execução do trabalho, mas seriam os responsáveis pelo modo como o trabalho teria de ser executado – por meio

de planejamento, sincronização de horários, métodos e treinamento.

Taylor filósofo. Quando olhamos as regras de Taylor, hoje, percebemos o quanto elas não são simplesmente regras de construção de uma ciência prática de engenheiros, e sim princípios de um filósofo – um estudioso da razão. Taylor colocou a razão como objeto de estudos tanto quanto Kant e Hegel o fizeram. Da razão finita, humana, a preferida de Kant, ele extraiu uma parte do que entendeu como racionalidade: a capacidade do homem de se organizar para fazer o que tem de ser feito. Da razão infinita, extra-humana, a que comanda o Céu e a Terra, a preferida por Hegel, Taylor extraiu uma outra parte do que entendeu como racionalidade: a capacidade do mundo de dispor mecanismos naturais e espirituais para que se possa fazer o que tem de ser feito.

Mas, afinal, o que é que “tem de ser feito”? O que tem de ser feito é simples: as coisas precisam continuar an-

dando como estão andando, mas de modo mais rápido, mais eficiente e com segurança. Taylor não tinha nenhuma dúvida de que o modo como a América estava caminhando era o correto, faltava apenas uma baliza para que o carro não saísse dos trilhos. Em grande medida, isso era a “filosofia *Quaker*” dos pais de Taylor. De certa forma, era uma filosofia, uma vez que toda filosofia tradicional é uma forma de fazer as coisas caírem para o interior da razão, e ela própria, a razão, aparecer no divã ou qualquer outro lugar no qual ela possa ser inquirida.

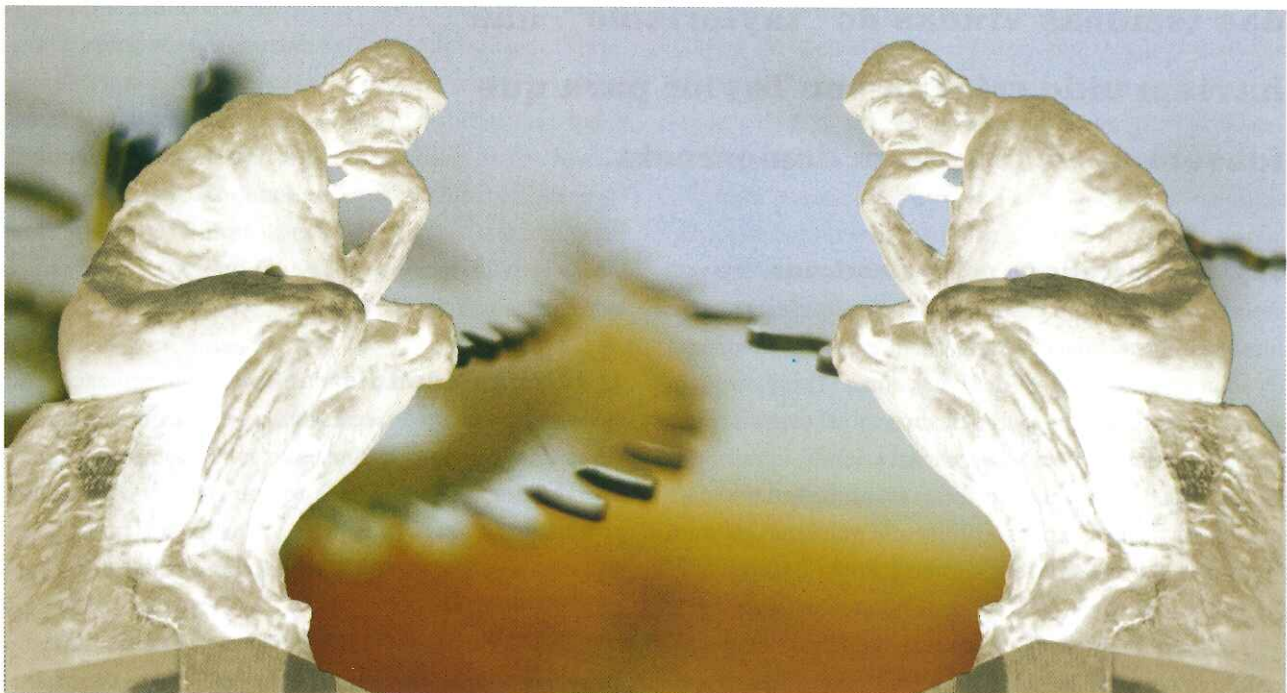
Taylor por Lenin. Os norte-americanos não tomaram Taylor como uma “filosofia de escola”, um sistema de interpretação do homem. Eles não fariam isso. Não teria sentido fazer isso. Nunca ninguém estudou os princípios de Taylor em sua época nos Estados Unidos. As pessoas leram, sim, Taylor. E leram muito. Outros escreveram a partir dele. Mas estudar mesmo, no sentido de ler e “fazer a lição de casa”, não. Não na América.

Quem estudou Taylor foi Lenin. O revolucionário, acostumado a ler tudo como se fosse filosofia – filosofia como matéria acadêmica – por causa de seu treinamento marxista, também leu Taylor com esse espírito. E uma fi-

losofia quando lida por estudantes de filosofia monotemáticos gera problemas gravíssimos: eles desconsideraram tudo que está ao seu redor e querem ver a verdade daquela filosofia sendo a verdade da vida. Lenin, que não sabia ler e só sabia estudar, e que era monotemático, fez o que não poderia ser feito. Ao invés de ver a América e perceber o que ela, *como um todo*, fazia, acreditou que poderia competir com ela lendo seus princípios de administração. E, assim, Lenin gerou um monstro. Na verdade ele despertou o que havia de demônio no sistema de Taylor.

A perspectiva filosófica de Taylor era a de se conseguir a melhor *performance* no trabalho. O contraponto a tal forma de ver o trabalho era a democracia norte-americana. O modo de organizar o trabalho como Taylor o criou a partir de sua teoria da administração precisava, para não se tornar algo insuportável, de uma sociedade livre, com organização sindical, com imprensa relativamente livre e com uma organização jurídica crescentemente social-democrata. Sem isso, os Estados Unidos nunca poderiam ter absorvido o “taylorismo”.

Isolado, o “taylorismo” teria ou matado a galinha dos ovos de ouro ou então simplesmente abortado. Ele era um fruto da América para a América. Retirado do contex-



to democrático e aplicado à URSS por Lenin, ele simplesmente virou um modo de controle semi-escravocrata. E na verdade nunca deu certo. O que Stalin fez com o “stakanovismo” não foi mais imbecil do que o que Lenin fez com o “taylorismo”. A diferença era que Stakanov era uma mula de carga, e Taylor, um homem de alta educação. Então, Stalin entendeu Stakanov, mas Lenin não entendeu Taylor.

Aliás, diga-se de passagem, a história da Rússia é a de uma dupla tentativa de americanização: uma por meio de Lenin, quando do socialismo, e outra por meio dos economistas americanos neoliberais, quando da sua saída do socialismo. Em ambos os casos, houve fracasso. Há certas coisas da América que pertencem à América, e só a ela. Taylor como filósofo foi uma dessas coisas.

Filosofias que criticam o capitalismo se equivocam, pois muitos dos aspectos negativos que apontam no trabalho, tanto no “capitalismo” quanto no “socialismo”, e que resultariam das técnicas vindas do “taylorismo”, não haviam sido criadas por Taylor para que fossem aplicadas sem democracia.

Taylor e liberalismo norte-americano. Isso que digo não é uma observação filosófica – exclusivamente filosófica. É uma nota histórica. Em determinado momento da vida dos Estados Unidos, no começo do século XX, uma boa parte dos norte-americanos começou a acreditar que a experiência democrática estava sendo interrompida. De uma democracia inicial eles estavam entrando para uma plutocracia. Grandes “capitães de indústria” estavam controlando o Congresso e mesmo o Poder Executivo.

A proteção da individualidade perante o Estado havia gerado o individualismo. E a salvaguarda do Estado perante a imaginação individual havia gerado autoritarismo.

Então, os norte-americanos criaram o “movimento progressista”. Era o nascimento do que eles chamaram de “novo liberalismo”. Na prática, era um tipo de movimento social-democrata, como o dos europeus, mas com bem menos marxismo. Era como que um incentivo a uma preocupação maior com a liberdade individual e sua articulação com a proteção do trabalhador e com a redemocratização dos negócios. Era um movimento para a reordenação do trabalho, de modo que houvesse mais democracia e mais respeito ao trabalhador colocando freios aos oligopólios.

Esse movimento teve início e fim antes de 1930. Mas mudou a face dos Estados Unidos. Dele nasceu um conjunto de idéias que, na década 1930, F. D. Roosevelt usou para criar o *New Deal* e, então, gerar um esforço coletivo para tirar os Estados Unidos da Grande Depressão e fazer do país a potência mundial que veio a ser já antes da Segunda Guerra Mundial. O sistema de Taylor saiu um pouco chamuscado disso tudo. Mas o espírito com que criou a Teoria Geral da Administração permaneceu.

Eis que aconteceu, espontaneamente, o casamento perfeito: regras gerais sobre “divisão do trabalho”, como o taylorismo, e direitos trabalhistas e controle de monopólios, como o “progressivismo”. Esta foi a fórmula

do sucesso do trabalho na América que os “de fora” nunca conseguiram entender.

O inimigo administração. A generalização do taylorismo e a conversação sobre ele sem a consideração de seu contraponto, a democracia, criou entre os filósofos – principalmente aqueles que ou nunca entenderam a América ou simplesmente a odiavam por razões inconfessáveis – uma indisposição geral da filosofia para com a administração.

Martin Heidegger (1889-1976) certamente contribuiu para isso por meio de sua interpretação brilhante e sedu-

to democrático e aplicado à URSS por Lenin, ele simplesmente virou um modo de controle semi-escravocrata. E na verdade nunca deu certo. O que Stalin fez com o “stakanovismo” não foi mais imbecil do que o que Lenin fez com o “taylorismo”. A diferença era que Stakanov era uma mula de carga, e Taylor, um homem de alta educação. Então, Stalin entendeu Stakanov, mas Lenin não entendeu Taylor.

Aliás, diga-se de passagem, a história da Rússia é a de uma dupla tentativa de americanização: uma por meio de Lenin, quando do socialismo, e outra por meio dos economistas americanos neoliberais, quando da sua saída do socialismo. Em ambos os casos, houve fracasso. Há certas coisas da América que pertencem à América, e só a ela. Taylor como filósofo foi uma dessas coisas.

Filosofias que criticam o capitalismo se equivocam, pois muitos dos aspectos negativos que apontam no trabalho, tanto no “capitalismo” quanto no “socialismo”, e que resultariam das técnicas vindas do “taylorismo”, não haviam sido criadas por Taylor para que fossem aplicadas sem democracia.

Taylor e liberalismo norte-americano. Isso que digo não é uma observação filosófica – exclusivamente filosófica. É uma nota histórica. Em determinado momento da vida dos Estados Unidos, no começo do século XX, uma boa parte dos norte-americanos começou a acreditar que a experiência democrática estava sendo interrompida. De uma democracia inicial eles estavam entrando para uma plutocracia. Grandes “capitães de indústria” estavam controlando o Congresso e mesmo o Poder Executivo.

A proteção da individualidade perante o Estado havia gerado o individualismo. E a salvaguarda do Estado perante a imaginação individual havia gerado autoritarismo.

Então, os norte-americanos criaram o “movimento progressista”. Era o nascimento do que eles chamaram de “novo liberalismo”. Na prática, era um tipo de movimento social-democrata, como o dos europeus, mas com bem menos marxismo. Era como que um incentivo a uma preocupação maior com a liberdade individual e sua articulação com a proteção do trabalhador e com a redemocratização dos negócios. Era um movimento para a reordenação do trabalho, de modo que houvesse mais democracia e mais respeito ao trabalhador colocando freios aos oligopólios.

Esse movimento teve início e fim antes de 1930. Mas mudou a face dos Estados Unidos. Dele nasceu um conjunto de idéias que, na década 1930, F. D. Roosevelt usou para criar o *New Deal* e, então, gerar um esforço coletivo para tirar os Estados Unidos da Grande Depressão e fazer do país a potência mundial que veio a ser já antes da Segunda Guerra Mundial. O sistema de Taylor saiu um pouco chamuscado disso tudo. Mas o espírito com que criou a Teoria Geral da Administração permaneceu.

Eis que aconteceu, espontaneamente, o casamento perfeito: regras gerais sobre “divisão do trabalho”, como o taylorismo, e direitos trabalhistas e controle de monopólios, como o “progressivismo”. Esta foi a fórmula

do sucesso do trabalho na América que os “de fora” nunca conseguiram entender.

O inimigo administração. A generalização do taylorismo e a conversação sobre ele sem a consideração de seu contraponto, à democracia, criou entre os filósofos – principalmente aqueles que ou nunca entenderam a América ou simplesmente a odiavam por razões inconfessáveis – uma indisposição geral da filosofia para com a administração.

Martin Heidegger (1889-1976) certamente contribuiu para isso por meio de sua interpretação brilhante e sedu-

tora – mas completamente tendenciosa – a respeito da tecnologia. Seus leitores não-confessos (exceto Marcuse, que nunca o negou), os filósofos da Escola de Frankfurt, então, resolveram de vez adotar o próprio nome “administração” como sendo um nome do campo do inimigo. Afinal, eles também nunca conseguiram entender a América.

Na filosofia de Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1896-1973), as expressões “sociedade da total administração” e “sociedade administrada” se transformaram em maneiras de descrever o inferno – o nosso mundo. Essas filosofias estiveram certas na medida em que alertaram o mundo para o quanto o nosso endeusamento do trabalho – como fato da vida e como categoria teórica – não iria nos levar a um bom lugar. Mas essas filosofias se equivocaram na medida em que muitos dos aspectos negativos que apontavam no trabalho, tanto no “capitalismo” quanto no “socialismo”, e que advinham das técnicas vindas do “taylorismo”, não haviam sido criados por Taylor para serem aplicados sem democracia.

A maioria dos americanos que quiseram, no século XIX, eliminar a escravatura para introduzir de vez na nação o regime de trabalho assalariado não estava pensando em fazer bem ou mal para os futuros trabalhadores. Estava apenas querendo ver a vida “progredir”. Os pais de Taylor foram abolicionistas. Sua mãe, defensora do sufrágio feminino. Eram típicos habitantes educados do Norte. Imaginavam que trabalho duro não iria matar ninguém, pois até então o que tinham visto na América não havia sido senão outra coisa que trabalho duro. Mas o “taylorismo” sem democracia ou com democracia excessivamente liberal tinha lá seus problemas – e isto, em grande medida, trouxe à “teoria da administração” de Taylor o olho torto dos filósofos do século XX. Então, a “administração” foi para um lado e a “filosofia” para outro.

Um novo ponto de encontro. Talvez a *business ethics* possa ser o ponto de encontro de uma nova era das relações entre administração e filosofia. Talvez possamos agora, após tanto equívocos, ir adiante e atingir uma relação que pode ser mais fecunda, sem descaracterização que impeça dar passos reais.

De fato, historicamente isso ocorreu. Há base histórica para nós, filósofos e administradores, pensarmos seria-



mente nesse projeto. Pois quando da época do que poderíamos chamar de “segundo movimento progressista”, que começou com os “Direitos Civis”, com os protestos contra a Guerra do Vietnã e com o feminismo (e que a meu ver, mesmo sob a Era Bush, ainda está em curso), os norte-americanos de fato criaram algo louvável, foram os primeiros estudos sobre o que hoje chamamos de *business ethics*.

Para o meu desgosto, ela, a *business ethics* está indo para um campo muito empírico. Importam mais as grandes descobertas a respeito do comportamento das empresas e da recepção dos indivíduos diante de tal comportamento do que uma discussão *efetivamente filosófica* sobre tais relações. Mas não podemos pensar em um modo de harmonizar melhor isso? Imagino que não seria bom deixar a *business ethics* virar tão somente um outro nome para um novo apêndice da teoria de marketing.

Paulo Ghiraldelli Jr.
Filósofo
E-mail: pgjr23@yahoo.com.br